

Textos  
para  
o debate  
político  
atual

Renato Rabelo



# Textos para o debate político atual

Renato Rabelo,  
Presidente do PCdoB  
Maio de 2010



# Sumário

- 6** • *Apresentação*
- 7** • 88 anos: o *PC do Brasil* está mais vivo e mais atual
- 14** • Reintegração à *UFBA*
- 20** • *PCdoB com Dilma* para o Brasil avançar
- 28** • A política de *Ciência e Tecnologia* na encruzilhada das eleições 2010
- 35** • A política externa do Brasil é *destaque do governo Lula*
- 38** • O novo *papel do Brasil* na política internacional

# Apresentação

*Neste folheto publicamos alguns textos que poderão contribuir no atual debate político. No primeiro artigo, destacamos a trajetória do Partido Comunista do Brasil – de forma resumida – escrito por ocasião dos 88 anos deste que é o partido político mais antigo do país e, ao mesmo tempo, o mais jovem, tanto na composição orgânica quanto no plano das ideias. O documento levanta aspectos das condições atuais da luta transformadora no Brasil, onde se afirma que a teoria revolucionária para as condições contemporâneas se define no bojo do pensamento político avançado deste período histórico concreto, do nível do movimento democrático, progressista e revolucionário em curso.*

No segundo texto faço um breve relato de minha vida política, divulgado no momento em que fui reintegrado à Universidade Federal da Bahia, a UFBA, como reparação concedida pela Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, fato que teve um valor moral e emocional muito grande para mim.

O terceiro texto é o discurso que proferi durante o ato que o PCdoB realizou em Brasília para comunicar a decisão do Partido de apoiar a pré-candidatura de Dilma Rousseff à presidência da República. Neste documento procuramos avaliar as questões em debate na campanha eleitoral de 2010 e esboçamos alguns pontos para a composição da plataforma política-eleitoral.

O quarto texto aborda concretamente um dos temas desta campanha: a política de ciência e tecnologia, numa intervenção que fiz no Seminário sobre este assunto organizado pela Fundação Maurício Grabois.

E, para completar, os dois últimos textos tratam alguns aspectos da política externa do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, um dos pontos altos do atual Governo, que projeta o país como um dos principais protagonistas da cena internacional.

**RENATORABELO**

# 88 anos: o PC do Brasil está mais vivo e mais atual

*A linha histórica que o Partido Comunista do Brasil descreve desde sua fundação – em Niterói (RJ), no dia 25 de março de 1922 – é permeada por um manancial de lutas pela emancipação nacional, pela democracia, pelos direitos dos trabalhadores e do povo e pelo socialismo. Esta trajetória extraordinária foi pontilhada por êxitos e também por reveses. Nos últimos anos a influência do Partido tem se elevado no curso político brasileiro e nas lutas de nosso povo. Na verdade, o PC do Brasil amadureceu como força conseqüente em meio a zigzagues advindos de sua política e em função da violência de forças reacionárias que impuseram pesadas perdas e adversidades próprias de regimes de arbítrio em nossa história, em que a democracia era apenas exceção e não a regra.*

## **25 ANOS DE LEGALIDADE DEMOCRÁTICA**

Em maio de 2010, o Partido Comunista do Brasil completou 25 anos de atuação legal ininterrupta. É de longe o maior período de atividade aberta do PCdoB no cenário político brasileiro. Nesta etapa, os êxitos colhidos pelo PCdoB são fruto, fundamentalmente, de uma política forjada tanto em princípios quanto numa orientação tática baseada em alianças amplas. De uma organização que se constrói e se reinventa no curso da luta política, na ação concreta em defesa da Nação e do povo e na intervenção ativa no grande debate de ideias em torno do futuro

do Brasil. Desta forma, articulando estes atributos, pode aferir que sua vitalidade reside na contínua manutenção de uma identidade transformadora, revolucionária, com feições modernas, renovando concepções, métodos e práticas com o objetivo de construir uma alternativa progressista à luz da realidade brasileira. Assim, o PCdoB mantém-se vivo e atuante em um cenário cada vez mais complexo e diversificado.

Notadamente nos últimos 25 anos, o PCdoB elevou sua contribuição à política nacional. Teve papel destacado nas grandes jornadas pela redemocratização do país, como na campanha pelas Diretas Já, que levou à derrota da ditadura militar no Colégio Eleitoral. Apesar de contar, na época, com apenas seis deputados federais, foi – proporcionalmente – a bancada partidária que mais apresentou emendas na Constituinte de 1988 (1.006 no total). Sua presença institucional fortaleceu as entidades sindicais e populares, e contribuiu no processo de legalização de entidades de massa.

No curso da chamada “crise do socialismo” — no triênio de 1989 a 1991 — enfrentou a onda anticomunista desencadeada com o fim da União Soviética e a queda dos governos do Leste europeu. Após um frutífero trabalho teórico, ideológico e político de conteúdo crítico e autocrítico, reafirmou a identidade comunista e conceituou o socialismo em bases novas.

Uma política de princípios e de alianças amplas — considerando as condições de cada momento — é a marca registrada nesta trajetória. Esta concepção que já fôra importante na jornada de lutas que pôs fim ao regime militar, foi também essencial para nos anos 90 — face à ofensiva neoliberal — promover uma participação ativa em defesa da Nação e dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras. Desde 1989 — com a formação da Frente Brasil Popular — o PCdoB teve clareza de que somente um amplo leque de alianças políticas e o apoio do movimento popular poderiam viabilizar a eleição de um candidato do campo progressista.

Na luta pela resistência e superação do neoliberalismo, esta política de frentes partidárias amplas com a participação do movimento popular se revelou eficaz para levar o líder de origem operária Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República ao lado do vice José Alencar, um destacado empresário nacional.



## A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UM PARTIDO COMUNISTA CONTEMPORÂNEO

Em sua história recente, o PCdoB demonstra sua aversão a modelos prontos e esquemas dogmáticos, e não se coaduna com o pragmatismo e o espontaneísmo. Neste sentido, tendo em vista a experiência histórica, o Partido enfrenta a tarefa cotidiana de aprimorar seus conceitos e formas de luta. Já em 2006 a legenda comunista obteve a quinta maior votação entre os partidos para o Senado da República. Em 2007, como decorrência do cenário positivo tanto interno quanto externo, adota uma conduta que foi sintetizada na “maior afirmação política do Partido e mais ousadia na tática para alcançar os seus objetivos imediatos e estratégicos”.

Em consequência, sua tática eleitoral foi alterada, indicando a necessidade de um maior protagonismo. Por exemplo, sua intervenção política deu-se em maior grau no pleito municipal de 2008, com a apresentação de 15 candidaturas a prefeito com grande prestígio político nas capitais – tendo reconduzido o prefeito da capital do Sergipe – Aracaju. A experiência administrativa na cidade de Olinda, patrimônio da Humanidade, foi aprovada pela população que consagrou três mandados sucessivos da prefeita e do prefeito do PCdoB.

Ao mesmo tempo, o Partido tem uma participação destacada no movimento sindical dos trabalhadores e no conjunto dos movimentos sociais, tais como no movimento estudantil, no movimento anti-racista, no movimento feminista, no movimento indígena e no movimento pelos direitos humanos entre outros. Cabe destacar o papel da União da Juventude Socialista, a União Brasileira de Mulheres, a UNEGRO e o CEBRAPAZ, Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e de luta pela Paz, como pólos avançados onde o pensamento estratégico do PCdoB se coaduna com o caráter amplo destas entidades. Merece destaque especial o protagonismo comunista em entidades como a União Nacional de Estudantes (UNE), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e no movimento comunitário em sua participação na CONAM. O lançamento da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) é outra expressão deste novo momento, onde a Corrente Sindical Classista (CSC) e outras correntes do movimento sindical uniram-se em torno de uma entidade de caráter classista, democrática, plural e

de luta, propondo a reunificação do movimento sindical, com base em uma plataforma comum, convocando para isto uma nova CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras).

Vale destaque também o crescente papel que a Fundação Maurício Grabois e a Escola Nacional do PCdoB vêm granjeando no esteio da luta no âmbito das ideias. Um salto considerável no terreno da formação vem sendo percebido. Expressão disto foi a edição de número 100 da Revista Princípios, constituindo assim um grande marco na divulgação do pensamento progressista. No âmbito da comunicação partidária consolidou-se o papel do Portal Vermelho para a formação e informação que extrapola os limites partidários, ganhando respeito como forma de expressão do pensamento avançado nacional e em contraponto ao monopólio da mídia golpista.

O PCdoB é uma organização política que cresce e se expande, assumindo responsabilidades cada vez maiores. Conta com mais de 100 mil militantes e cerca de 300 mil filiadas e filiados. Está solidamente fincado no legado de incontáveis heróis e mártires dirigentes destacados na sua longa e rica história.

No âmbito institucional, além de uma combativa bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o PCdoB guarda grande orgulho de sua participação através de seus quadros no Ministério do Esporte e na Agência Nacional do Petróleo (ANP). O papel do PCdoB guarda relevância em outros órgãos como o Ministério da Cultura, o Ministério da Saúde, na Secretaria Especial de Políticas Públicas para a Juventude, na Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial, na FUNASA, FINEP, ANCINE e ANVISA. Em todos esses espaços institucionais, fica muito patente sua marca de seriedade, de defesa e ampliação dos direitos do povo em consonância com a viabilização dos interesses populares no seio dos poderes legislativo e executivo.

A essência do PCdoB é o seu caráter revolucionário, democrático, popular, patriótico e antiimperialista. Sob essas linhas de atuação o Partido tem procurado enfrentar o imperialismo norte-americano, o maior inimigo do progresso nacional e social no mundo. Assim, o PCdoB valoriza os crescentes movimentos de contestação ao imperialismo e de luta pela paz. Mira como desafio internacional imediato a conformação

de um mundo multipolar, na busca de uma nova ordem, solidária, equânime e de paz, valorizando o registro de importantes forças progressistas em ascensão principalmente na América Latina, ao aprofundamento da integração da América do Sul e do Caribe, através de mecanismos como o MERCOSUL, a Unasul e a recém-formada Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

### AVANÇO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO, TÁTICO E DA CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

No final do ano passado, levando em conta esta rica trajetória de um quarto de Século de atuação legal, foi possível um salto no pensamento tático e estratégico e também na construção de um Partido Comunista à altura dos desafios de nosso tempo. Este avanço se cristalizou na realização em novembro de 2009 de seu 12º Congresso. Um novo Programa Socialista foi aprovado sob a égide do rumo socialista pelo caminho do fortalecimento da Nação e da execução de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Na visão do PCdoB, a grande peculiaridade da transformação da sociedade brasileira encontra-se na necessidade de abertura de um novo ciclo desenvolvimentista no Brasil, marcado pela aceleração do crescimento econômico, pela construção de uma nação democrática, moderna, próspera e solidária. Assim, se constituem as bases da solidificação de nossa soberania e da necessária distribuição dos frutos do crescimento. A transição ao socialismo no Brasil, para o PCdoB, teria o alcance de um terceiro salto civilizacional, sendo o primeiro marcado pela nossa independência, a abolição e a república, no século XIX, e o segundo marcado pela Revolução de 1930, responsável pelo lançamento das bases industriais necessárias ao adensamento de nossa soberania e a conquista de importantes direitos sociais.

O desafio, na atualidade, é conduzir o processo político a um patamar mais promissor. O Brasil precisa e tem condições de efetivar um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento com realizações arrojadas. Este projeto é chamado a suplantar os impasses e deformações resultantes das vicissitudes da história política e socioeconômica do Brasil. A remoção dos obstáculos acumulados, expressos recentemente numa estagnação econômica que perdurou duas décadas – exige soluções relacionadas à elaboração do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Apesar dos grandes avanços empreendidos pelo governo Lula, a verdade é que ainda existem grandes impasses e contradições que nor-teiam o desenvolvimento da sociedade brasileira. São problemas que vão desde a ameaça a direitos sociais consagrados, passando pela forte concentração de renda e chegando à grande capacidade de manobra – em amplos aspectos do poder político, estatal, acadêmico e midiático – exercida pelo capital financeiro nacional e internacional. Este fenômeno drena grandes parcelas da riqueza gerada pelo povo ao seu próprio proveito e em detrimento total da esfera produtiva de nossa economia, constituindo assim uma grande anomalia a ser combatida e superada. A nação brasileira não pode se eternizar como uma imensa fazenda, grande exploradora de minério e montadora de porte médio.

Em nossa época, a superação dessas contradições ganha a dimensão de conquista estratégica. É condição para um desenvolvimento avançado e um futuro de bem-estar social. O Brasil vive uma encruzilhada histórica: ou toma o caminho do avanço civilizacional, ou se submete ao jugo das grandes potências permanecendo um país de desenvolvimento médio e produtor de commodities e salários massivos aviltados. Conforme indica a tendência histórica objetiva, a solução viável hoje, na opinião do PCdoB, é que o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, soberania, democracia, progresso social e integração solidária do continente fazem parte do caminho brasileiro para o socialismo.

### A HISTÓRIA LHE DARÁ RAZÃO

No final da primeira década do século XXI, os comunistas têm um desafio de construir um Partido contemporâneo à altura das necessidades do nosso tempo. Este Partido será forjado com o apoio das forças do povo e no curso das lutas da frente política e social que deve ser constituída para o Brasil se tornar uma das nações progressistas mais fortes e influentes do mundo.

Os novos desafios e maior latitude de atuação do Partido exigem diferentes formas de concepção do que é ser um militante ou um quadro do PCdoB. Neste espírito de elaboração coletiva e de aversão ao dogmatismo, ao sectarismo e ao espontaneísmo, aprovou-se um amplo documento norteando uma política de organização ajustada, também,

aos novos tempos de luta política e de acúmulo estratégico de forças. Dá-se sob o signo geral da consciência, renovação, qualificação, especialização e representação.

Mas não é somente isso, superou-se uma época em que a política de quadros tinha caráter estático e com pouca criatividade. Passou-se a compreender que o papel dos quadros se adequa aos desafios partidários em cada circunstância de tempo e lugar e, portanto, estar preparado para desempenhar tarefas e funções. Considerar que há momentos privilegiados para otimizar o aproveitamento deles à altura do que acumularam e é contraproducente tanto subestimar como superestimar seu papel. Assim chegou-se a um ponto flexível e justo de se extrair o que de melhor o material humano do Partido pode dar. Essas premissas visam reforçar os vínculos entre os quadros e o projeto partidário, sob diferenciadas condições de atuação, com visão estratégica e de longo prazo. Enfim, somente com quadros preparados à luz dos desafios da contemporaneidade, orientadores de ampla militância organizada e de uma justa linha política, que se pode vislumbrar o enfrentamento de tão candentes desafios postos ao Partido em um país e no mundo cada vez mais complexos. Temos a convicção que o PCdoB se colocará cada vez mais à altura dessas ingentes contendas.

# Reintegração à UFBA

*Discurso de Renato Rabelo na cerimônia de reintegração à UFBA, no dia 12 de abril, em Salvador, Bahia*

A reparação a mim concedida pela Comissão da Anistia do Ministério da Justiça do direito de retornar ao curso de medicina, da Faculdade de Medicina da UFBA, tem no meu conceito um significativo valor simbólico. Das reparações resultantes do Ato da Anistia que alcancei, esta tem grande valor moral e emocional para mim.

Meu grande anseio na juventude de tornar-me médico foi truncado em conseqüência de uma nova ordem política que se instalou abruptamente em nosso país a partir de 1964. Este regime instituído pela força das armas, para aplacar uma onda crescente de anseio de reformas democráticas só fez atizar o ardor de uma juventude prenhe de aspirações mudancistas, que não queria mais viver sob a tutela da dependência estrangeira, de um país grande e rico como o nosso, das pesadas desigualdades que só favorecia um punhado de grandes privilegiados, das imposições anti-democráticas e das injustiças que sofria a maioria do povo.

Num movimento convergente a juventude no Brasil assimilava com convicção concepções (utopias) que buscavam um novo tempo, reflexo daquela época do final dos anos 50 e transcorrer da década 1960, até meados da década de 1970, que se estendeu em plano mundial. Era

crescente a influência no plano internacional das vitórias de inúmeras revoluções de libertação nacional, algumas marcadas pelo ideário socialista, como a revolução cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962, além da prolongada guerra antiimperialista no Vietnã, lutas anticoloniais da África e outras.

Ganhava corpo a luta pela soberania e independência dos países da chamada periferia do sistema mundial, em resposta e resistência às imposições imperialistas e de dominação das grandes potências. O êxito dos processos revolucionários, nacional-libertadores desse período, e diante das injustiças do capitalismo avassalador e das novas formas de colonialismo adquiria força e amplitude o movimento e as concepções terceiro-mundistas no terreno político, econômico e cultural, que se estendeu pela Ásia, África e América Latina. Essa fase de novo impulso revolucionário influiu decisivamente no curso político em âmbito mundial, na formação do imaginário contestador dos anos 1960, mesmo na Europa, sobretudo na França em 1968, culminando com a emblemática Revolução dos Cravos na primavera de 1974, em Portugal, que liquidou com um domínio colonial secular na África.

Esse avassalador espectro mudancista, paralelamente já colocava em cheque o modelo soviético de socialismo, em face de seus obstáculos que impediam a renovação e inovação de suas estruturas políticas e econômicas, e na própria China, que buscava seu caminho para construção do socialismo, irrompe a partir de 1966, um movimento que sacode todo país, a denominada Revolução Cultural Proletária. No Brasil, resultante do debate e luta de ideias entre os comunistas, reflexo deste quadro internacional, em 1962, dá-se a cisão com a reorganização do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, o PCdoB, e a existência do Partido Comunista Brasileiro, que adapta seus Estatutos e elabora novo Programa aos seus princípios revisionistas.

Meu tempo, quando ingressei na Faculdade de Medicina em 1963, é desse contexto de um período histórico que refletia a passagem para uma época de fortes tendências transformadoras. Estas se manifestavam em angústias, anseios e concepções, que se expressou no Brasil pelo ascenso de amplo movimento reformista – as reformas de base – que ganhou impulso no governo de João Goulart. O golpe militar de 1964,

expressando a ansiedade das forças conservadoras, que reagiam a esse ascenso democrático, surgiu para barrar os intentos mudancistas.

No Brasil – por sermos contemporâneos de um período de muitas convergências transformadoras, de reavivamento da consciência revolucionária, diante de uma realidade de dependência nacional, desigualdades e injustiças, no seio da juventude, no movimento estudantil, e entre intelectuais – ganhou forte matiz a luta libertária (entre os trabalhadores e camponeses, sobretudo no campo, com as Ligas Camponesas, a luta adquiriu grande dimensão).

Após a implantação do regime militar, o influxo transformador, o anseio por um novo tempo plasmava em muitas correntes anti-ditatoriais uma concepção de certo “romantismo revolucionário”, que reafirmava princípios revolucionários e exigências modernizadoras.

O regime militar no seu início encontrou maior resistência no movimento estudantil, e entre intelectuais, mais livres para a luta anti-ditatorial, e onde vicejava com maior intensidade o “imaginário contestador” dessa época. Foram milhares de estudantes que deixaram as Universidades em consequência da crescente perseguição política, ou por opção própria de se dedicar à resistência. As correntes e organizações políticas se nutriam desses contingentes estudantis, que atraíam trabalhadores no campo e nas cidades, e em resposta ao aumento da repressão política iam assumindo opções de resistência armada.

Eu sou filho político, intelectual e cultural dessa época, de convergência de muitas contradições e rica de ideal transformador e revolucionário, ou conhecida em romances como “os anos dourados”. O lugar, a Universidade Federal da Bahia, Salvador, cidade onde era forte a presença político-cultural de esquerda, onde ecoavam essas exigências transformadoras da época no mundo e no Brasil, me permitiu ser sujeito consciente, entre muitos, da luta por um novo destino do Brasil. Já em 1966 fui eleito presidente da UEB (União dos Estudantes da Bahia) que estava à frente do movimento estudantil na Bahia.

A luta do movimento estudantil diante da crescente ação ditatorial criou uma situação de acirramento dos conflitos. A proibição da encenação de uma ingênua peça teatral, mas que contestava o arbítrio, no Colégio Central de Salvador, resultou numa escalada repressiva. A UEB enfrentou



a censura imposta e decidiu montar a peça no restaurante universitário no Corredor da Vitória. O desafio aguçou a expectativa dos estudantes e parte da população, reunindo mais de 3 mil pessoas no dia da encenação. A truculência da repressão policial, armada para desbaratar o evento, não permitiu nem o começo do ato. Os estudantes entrincheirados na casa da residência universitária resistiram com paus e pedras durante boa parte da noite até serem subjugados, presos muitos e feridos.

Em resposta à agressão ditatorial, no dia seguinte, transcorreu grande mobilização estudantil que terminou em ato na frente da Reitoria. Passava nesta ocasião em carro oficial, o Ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, do primeiro governo militar de Castelo Branco, nos arredores da manifestação. Descoberto pelos estudantes, a partir daí, desencadeou-se a ira da massa, que passou a apedrejar o carro, acabando por ferir no rosto o oficial que acompanhava o ministro. O veículo que o transportava teve que se evadir em alta velocidade.

A partir deste acontecimento pesada repressão policial se abateu sobre as lideranças estudantis, sendo eu presidente da UEB, condutor da manifestação, procurado exaustivamente pelo Serviço de Informação do Exército. Alguns dias escondidos em casas de amigos, tive que sair de Salvador, não mais podendo retornar ao curso de medicina. Deixando meus colegas, companheiros e amigos dos quais me ficaram saudosas recordações, muitos aqui presentes neste ato.

Desde então, em respeito às minhas ideias, à corrente política que integrei, a AP, que depois se integrou ao PCdoB, e aos meus companheiros de ideário, mantive a coerência, assumindo sempre maiores responsabilidades. Desde que saí da Bahia, em 1966, fui eleito Vice-presidente da UNE, no Congresso semi-clandestino realizado no Convento dos Dominicanos em Belo Horizonte.

Terminado o mandato da UNE, dediquei-me plenamente à atividade de resistência ao regime militar, assumindo postos de Direção Nacional, na AP, e depois no PCdoB, tendo que viver clandestinamente, durante 10 anos, com identidade falsa, eu e minha mulher – Conchita, aqui presente – e meus dois filhos, Nina e André, os quais tiveram também que mudar de identidade. Vivíamos correndo de casa em casa, morando em São Paulo, Goiânia e Belém.

Em 1976, tendo que participar de um Congresso fora do Brasil, fui forçado a permanecer na França, onde posteriormente pedi asilo político, vivendo e trabalhando durante três anos. Diante da circunstância de ser localizada e atacada a Reunião de uma parte da Direção Nacional do PCdoB, pelo aparato repressivo, que ficou conhecida como Queda da Lapa (reunião numa casa deste bairro de São Paulo), a minha mulher e filhos só vieram se juntar a mim quase 2 anos depois. Neste ataque à Direção Central do Partido foram assassinados dois dirigentes e presos os demais, entre eles, aqui presente, esta dedicada e respeitada liderança política, hoje renomada liderança pública, Diretor Geral da ANP, Haroldo Lima.

Voltei ao Brasil, eu e minha família no final de 1979, com a conquista da anistia. Tivemos que recomeçar toda uma vida.

Valeu a pena 15 anos de vida clandestina, de exílio e de prisão? De longo período de perseguição, tensão, separações e reencontros? Da luta que muitos pagaram com suas vidas? Aos quais rendo minha homenagem as suas memórias.

Valeu a pena? Antes de responder a esta indagação, queria aproveitar para agradecer de todo coração a generosa ajuda e solidariedade da minha família e da de Conchita, minha mulher, principalmente daqueles que se dispuseram a abrigar e cuidar de nossos dois filhos em momentos cruciais. Da valiosa luta dos amigos e daqueles que integraram o movimento pela anistia no Brasil e, especialmente, da ajuda pela libertação da minha prisão na França.

Valeu a pena? O Brasil atravessa uma etapa nunca vista de alcance democrático, de conquistas sociais, participação popular e prestígio no mundo. Chegar até aqui foi resultado da luta de muitas gerações e de várias personalidades e correntes políticas comprometidas com a luta libertária nos períodos ditatoriais e obscurantistas, com a luta em defesa do Brasil, da democracia e da justiça social. Valeu a pena, sim!

Tenho orgulho de minha geração de lutadores que deram sua contribuição para descortinar um novo tempo para construção soberana, democrática e de progresso social da nossa grande nação. Valeu a pena, sim.

Muito ainda tem quer ser feito. Mas, vai se abrindo o caminho. Assim se fazem as transformações no curso da história, passando por

longos períodos de acumulação progressiva e momentos de viragens de mudanças profundas.

Da minha experiência, hoje sou Presidente Nacional do PCdoB, eleito pela terceira vez. Atualmente esse Partido, completa 88 anos de fundação e 25 anos na legalidade, maior período de vida legal em sua longa trajetória de existência. É um Partido que cresce e se expande, um Partido permanente, não só para eleições. Partido que forma muitos quadros e militantes. Atua no parlamento nacional, nas assembleias legislativas estaduais e nas câmaras municipais, tem prefeitos de importantes cidades; tem significativa participação em todos os movimentos sociais. Partido que pela primeira vez assumiu responsabilidades no primeiro escalão do governo da República, e através de um quadro destacado – Aldo Rebelo – teve a responsabilidade de presidir a Câmara dos Deputados em momento de dura crise política. É hoje um Partido mais respeitado, coerente, que tem procurado dar sua contribuição para o destino de um novo Brasil, moderno, justo e solidário, que na nossa concepção é o socialismo. Valeu a pena, sim!

Uma política só é forte, e pode realizar profundas mudanças pelo progresso social, se estiver baseada num grande ideal e em valores avançados. Esse é o norte do meu Partido, a minha convicção e de toda militância partidária. Valeu a pena, sim!

Saí daqui em 1966 perseguido pelo regime ditatorial, forçado a abandonar a Faculdade de Medicina desta Universidade no quarto ano letivo. Volto hoje, com o direito de freqüentar essa prestigiosa Escola médica. É o novo tempo conquistado. Essa era uma lacuna na minha memória, entre as inúmeras lacunas desse período, que precisam ser resgatadas para que se conheça toda memória de um tempo que não deve voltar mais. Valeu a pena, sim!

PCdoB com Dilma para o

# Brasil avançar

*Realizamos um excelente Ato em Brasília para comunicar a decisão do PCdoB de apoiar a candidata Dilma Rousseff. Tivemos a presença de ministros, prefeitos, vereadores, deputados estaduais, federais, senadores, do governador da Paraíba José Maranhão e do presidente Lula.*

Publico aqui meu discurso no Ato:

**ESTIMADA DILMA,**

Neste Encontro Nacional reunimos grande parte dos mais destacados quadros, dirigentes e lideranças de várias áreas de atividade do Partido, de todos os estados e do Distrito Federal.

Também convidamos estimados aliados e amigos e contamos com muita honra, na mesa dos trabalhos, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente José Alencar, do presidente do PT, José Eduardo Dutra, do presidente licenciado do PDT, Ministro Carlos Lupi, do Ministro do Esporte Orlando Silva Jr., e um conjunto de autoridades federais e estaduais para anunciar entusiasticamente a decisão – tomada pelo órgão da direção nacional, o seu Comitê Central, em votação unânime – que manifesta o apoio à pré-candidatura de Dilma Rousseff à presidência da República. Essa posição será submetida à sua Convenção Eleitoral Nacional que se realizará no próximo mês de junho.

Essa manifestação do Partido Comunista do Brasil ocorre num perí-

odo em que se comemoram os 88 anos de fundação e os 25 anos de legalidade – o maior tempo de vida fora das catacumbas ditatoriais de toda sua longa história. Isso demonstra um tempo novo da luta democrática de nosso país, um grande avanço político, no qual o Partido Comunista foi sempre como um termômetro a medir a oscilação do curso político nacional desde o início do século passado: o calor luminoso das breves aberturas em que podíamos desabrochar, ou a frieza gélida de longos períodos autoritários e obscurantistas em que éramos forçados a nos enclausurar.

Por isso, para nós comunistas brasileiros, têm profundo valor e elevado significado a liberdade, a democracia, a justiça, a soberania nacional. Sim, a soberania nacional! Porque muitas medidas autoritárias impostas à vida nacional foram imposições imperialistas hegemônicas a que o país se submetia. Sobretudo no quadro internacional da Guerra Fria. Quantos companheiros e companheiras de nossas fileiras, juntos com outros combatentes da causa libertária, deram suas vidas generosas por esses ideais. Aqui honramos sua memória, que fortalece a nossa causa.

Por conseguinte, para nós, têm um imenso valor simbólico e prático estes 25 anos de legalidade partidária que, ao mesmo tempo, é conquista de uma etapa insólita da evolução democrática que atravessa o Brasil.

Nossa larga experiência vivida é uma prova dessa resultante. Fruto dessa situação, hoje o PCdoB é um partido em crescimento e expansão, que tem formado muitos quadros e militantes, contribuído com grande esforço para este novo tempo.

É um Partido permanente, atuando em todas as frentes da luta política, social, teórica e cultural, que tem elevado seu contingente de filiados de origem trabalhadora. Tem orgulho de contar com larga camada de juventude organizada, e de manter crescente aumento de mulheres em suas fileiras e em seus órgãos de direção e de representação política. E o Partido tem forte presença no movimento sindical e social.

A atual Escola Nacional do Partido tem 25 anos de existência com departamentos e currículos estruturados, formando milhares de quadros e militantes em três níveis de ensino.

Nossa imprensa tem se destacado, sobretudo na área da Internet,

sendo o portal Vermelho, sob a direção do Partido, ganhador de três prêmios Ibest, na modalidade de política e direitos humanos.

Nossa Revista teórica – a Princípios – completou no início do ano passado a edição do seu centésimo número.

O PCdoB começa a participar das eleições majoritárias. Em 2006 foi o 5º partido mais votado para o Senado, quando estava em disputa 1/3 desta Casa, e na última eleição municipal contou com destacadas e competitivas candidaturas a prefeito em importantes capitais de estados. Dando continuidade a essa linha, agora em 2010 está lançando um conjunto de candidaturas ao senado e um candidato ao governo do estado do Maranhão.

Pela primeira vez em toda a sua trajetória assumiu responsabilidades no governo federal, dando sua contribuição através de seus quadros, muito especialmente na área do esporte e do petróleo, e em outras áreas como ciência e tecnologia, cultura, educação, saúde, mulher, juventude e igualdade racial.

E o PCdoB foi o anfitrião do 10º Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (no Poder e fora dele), que reuniu 65 partidos de todos os continentes, em novembro de 2008, em São Paulo.

Esta apresentação, através do nosso exemplo, é para demonstrar (insisto) que o país atravessa uma etapa nunca vista de vitórias democráticas. Chegar até aqui é resultado da luta de muitas gerações e de várias personalidades e correntes políticas comprometidas com a luta em defesa do Brasil, da democracia e da justiça social.

Todavia, temos nítida consciência de que o ciclo político aberto desde 2002, com a vitória emblemática de Luis Inácio Lula da Silva para a presidência da República, foi um grande passo para a afirmação e o avanço dessas conquistas.

O Brasil nas condições dos dois mandatos do presidente Lula galgou um ciclo virtuoso, considerando de onde se partiu, em contraste com o país herdado.

O Brasil sob a regência do tucanato estava inadimplente, quebrou três vezes, chegou ao racionamento de energia por um longo período. Sua infra-estrutura atingiu um nível extremo de sucateamento, e vivemos período de desemprego aberto, crescimento e renda per capita es-

tagnados e pesada vulnerabilidade externa. Chegou-se a uma situação de não mais contar com o crédito externo, país tutelado de forma draconiana pelo FMI.

Não por acaso a oposição foge como o diabo da cruz de Fernando Henrique Cardoso, e nada de comparar as duas eras: a Era FHC, em que José Serra tinha papel destacado, e a Era Lula, em que Dilma Rousseff é figura central.

Desesperadamente, tucanato, oposição e mídia monopolista tudo fazem para passar um borrão na comparação desses dois períodos, querendo zerar o jogo, como se fosse possível extrair Dilma do contexto do governo Lula. Enquanto isso, o seu candidato é apresentado como pós-Lula, e nada tivesse a ver com o fracasso anterior.

Para eles, o embate deve estar centrado principalmente na comparação de perfis, caráter e personalidade dos dois candidatos. Como o velho caso de Garrincha, ao qual podemos parafrasear: “eles já combinaram essa história com o povo?”. Na verdade, trata-se de descarados oportunismo e de velhacaria política, encobertos por apelos contritos à ética. Como o laudatório e meloso auto-elogio a seu caráter, feito pelo próprio José Serra em sua proclamação por ocasião de sua saída do governo de São Paulo.

Esse apelo ao personalismo em que se procura contrapor Serra a Dilma, chega à sofisticação abstrata de ver em Serra a “personificação do iluminismo e a reafirmação dos valores da Renascença”, e em Dilma a personificação das tensões do Romantismo. E Fernando Henrique, sem demora, não deixa por menos, caracteriza Dilma como o lado negativo do Romantismo. Haja diversionismo! Ou, na linguagem simples do nordeste, por que tanta patacoada?

Trazendo tudo isso para o terreno dos mortais e do que realmente acontece agora, é preciso dizer que estamos diante de uma tentativa de farsa cuja missão é fugir do debate, do resultado de governo e de um programa alternativo. Programa, na verdade, eles têm, mas não têm como apresentar uma alternativa melhor para o Brasil e o povo que a concretizada pelo governo Lula, nas condições atuais do país e do mundo.

Como bem afirmou nossa pré-candidata: o verdadeiro programa oposicionista não pode vir à tona, porque é um programa anti-Lula,

é um anti projeto, contrário ao caminho seguido pelo governo Lula. A ministra Dilma Rousseff, hoje pré-candidata à presidência da República indicada por Lula, melhor representa e expressa o projeto Lula, porque esteve no centro do governo e foi protagonista principal em sua aplicação, que contou com a contribuição de muitos.

Não é esta a maior garantia de continuidade ansiada pela maioria da nação e, por conseqüência, da possibilidade de seu maior avanço? Sim, não temos dúvida. Por isto é que a oposição se contorce toda, diversiona, apela e faz barulho com tema falso na vã ilusão de confundir o eleitor.

Serra e FHC são duas faces da mesma moeda, pois em última instância seguem o mesmo paradigma e contam com o mesmo sistema de forças políticas e sociais, nacional e internacional, em que se apóiam e estão comprometidos. O presidente do PSDB, Sergio Guerra, disse: “FHC está no nosso DNA”. Seria ilusão vê-los como personalidades em si, com seus próprios defeitos e qualidades, e agindo independentes do esquema de forças políticas a que estão comprometidos, apesar de estilos próprios e ideias diferenciadas que possam defender. Por seus compromissos sistêmicos orientam o PSDB num mesmo rumo e seguem o mesmo caminho.

Por sua vez, Lula e Dilma seguem igual paradigma, distinto dos tucanos. Trabalharam no mesmo projeto de governo e contam com o mesmo sistema de forças sociais e políticas em que se apóiam e estão comprometidos, diferentemente da base tucana. Como é evidente também, Dilma e Lula se orientam num mesmo rumo e buscam o mesmo caminho – não os de FHC e Serra. Por que a orquestração da maior parte da grande mídia, comprometida com os interesses conservadores, em desqualificar e tentar desmoralizar o presidente Lula e seu governo, e endeusar FHC e proteger Serra.

Isso ocorre porque numa sociedade capitalista de muitas desigualdades e com vastas camadas empobrecidas – formada por classes e camadas sociais, com setores dominantes regentes do capital – vão se conformando dois blocos políticos fortes, antagônicos. Geralmente o bloco das forças democráticas e populares não galga o centro do poder, nem se transforma em uma aliança política forte nos marcos do sistema



capitalista.

A vitória presidencial de Lula é emblemática porque significou o ascenso dessas novas forças de base popular, tornando forte o bloco político por ele liderado, com êxitos na primeira experiência de governo. Pôde assim competir – e até vencê-los – este bloco das forças da elite dominante e determinadas camadas médias, beneficiários da sociedade de muitas desigualdades e subordinados e seguidores do modo de vida imposto pelo domínio imperial norte-americano e europeu – liderados politicamente pelos tucanos – ocupa esse lugar desde o primeiro governo de FHC.

Portanto, é inevitável a disputa antagônica entre esses dois campos, dois rumos, dois caminhos, duas experiências e dois resultados distintos de governo. No entrechoque dessa disjuntiva é que se conformarão os embates políticos que culminarão nas eleições de outubro de 2010. Inútil disfarçar essa realidade. Por isso, é mero oportunismo semear a ilusão que alguns chegaram a predicar de que se deveria organizar uma ampla aliança entre PT e PSDB. Deve-se, ao contrário, caminhar para uma eleição plebiscitária, com polarização de nítidos contornos.

Para nós do PCdoB, uma política forte, conseqüente, para as transformações mais profundas tem de estar baseada num grande ideal e em valores avançados. Nosso rumo é uma nação soberana, moderna, justa e solidária, uma nação — em nossa concepção — socialista. Do nosso ponto de vista a experiência concentrada dos dois governos Lula se resume em quatro ensinamentos mais importantes:

- 1) Definição e aplicação de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento voltado para defesa da soberania nacional, maior liberdade política para as camadas populares, democratização da sociedade com direitos e oportunidades iguais para todos, distribuição de renda que leva a maior mobilidade social e ampliação do mercado interno, progresso social e integração solidária do continente;

- 2) Ampla frente política que congregue a maior parte dos partidos participantes da base atual do governo, levando em conta nossa realidade partidária plural, sobretudo considerando a importância da aliança com o PMDB por sua dimensão nacional e o papel nuclear dos partidos de esquerda. Esse conjunto é necessário para compor uma maioria

política a fim de garantir o rumo programático e a governabilidade nas condições concretas atuais;

3) O papel da liderança de Lula que surge como fruto desse novo processo político, com seu amplo prestígio popular nacional e internacional, é um fator fundamental para contribuir na missão primordial de unir a maioria da nação no enfrentamento de seus grandes desafios;

4) Extenso respaldo e sustentação popular ao programa de governo que deve sempre ser ajustado às aspirações da maioria da nação.

De nossa parte o PCdoB procurou considerar as demandas, muitas vezes necessárias, mas sempre submetidas à lógica de um projeto maior. Em momentos de crises agudas, em que podiam estar em jogo o conjunto desse projeto, como em meados de 2005, deu sua contribuição com a eleição vitoriosa de Aldo Rebelo para a presidência da Câmara dos Deputados – primordial para o equilíbrio político de nosso campo naquela situação – e empenhou-se pela mobilização da juventude e do movimento popular para defender o presidente da República contra as ameaças para sua desestabilização.

Nossa aliança com Lula, o PT e toda a esquerda tem sentido estratégico. Não é conjuntural. A continuidade do caminho aberto por Lula é imprescindível para a construção de um novo tempo para o nosso povo. Daí a importância estratégica da vitória de nossa candidata, Dilma Rousseff, em outubro próximo.

Continuidade só teremos com Dilma, mas, como ela mesma assinalou, temos de avançar, avançar e avançar porque ainda são grandes as exigências e os desafios a serem resolvidos. O Brasil precisa chegar a uma taxa de investimentos de 21% do PIB em curto prazo e ir adiante; ampliar mais ainda o crédito em vários níveis e setores; intensificar o incremento à inovação tecnológica e o justo investimento a partir da riqueza do pré-Sal em capacitação do povo; persistir no aumento real do salário-mínimo; garantir e aperfeiçoar os investimentos sociais de distribuição de renda; aperfeiçoar o planejamento que vem se estruturando através da execução dos PAC's; realizar uma reforma tributária progressiva e de equilíbrio federativo; avançar na reforma política; persistir elevando o investimento para a conquista de educação e saúde universais e de elevado padrão; continuar a fortalecer e ampliar as es-

tatais da energia, telecomunicações e o pólo bancário público; impulsionar o Fundo Soberano do Brasil; ir dimensionando a política macroeconômica conforme as novas exigências de crescimento, emprego e distribuição de renda, atualizando sua orientação e considerando seus três elementos fundamentais: equilíbrio fiscal, juros compatíveis com o nível internacional e câmbio favorável ao desenvolvimento industrial e ao incremento das exportações, prevenindo déficits em conta corrente; avançar na integração do continente através dos mecanismos em que o Brasil é liderança-chave como Mercosul, Unasul, Comunidade de Estados Latino Americanos e do Caribe.

No desenvolvimento acelerado e contínuo, já um grande desafio, devemos ter como objetivo ainda maior: transformar a nação brasileira e sua economia de porte médio e principalmente exportadora de commodities em uma nação moderna, grande produtora de cereais e grãos e de energia, mas, ao mesmo tempo, com uma indústria avançada criadora de produtos de alto valor agregado. São passos à frente, necessários para o avanço da nossa rota.

A candidatura de Dilma – o seu êxito – representa para nós o caminho para o Brasil se tornar uma nação livre, plenamente soberana, forte e influente no mundo, justa e generosa com seus filhos e solidária com os povos do mundo.

Por uma nova vitória do povo!

Pela continuidade e avanço da emancipação nacional e do progresso social, vamos com Dilma, a primeira mulher que presidirá a República!

**RENATORABELO\***

# A política de Ciência e Tecnologia na encruzilhada das eleições 2010

*Intervenção feita para o seminário sobre Ciência e Tecnologia organizado pela Fundação Maurício Grabois*

Neste artigo, parto da premissa de que ciência e tecnologia são sinônimos tanto do avanço civilizacional quanto do exercício da soberania nacional. E é a partir dessa compreensão que faço duas observações que guardam importância particular.

A primeira é que é preciso compreender que ciência e tecnologia, no sentido contemporâneo – ou seja, como forças produtivas em si mesmas, mais do que em qualquer outro momento da história – são produtos da civilização humana.

A segunda questão é que, com o nível de desenvolvimento dessas forças produtivas alcançando todo mundo, fica cada vez mais claro que uma das condições objetivas à produção humana reside, justamente, em mecanismos que viabilizem a frutificação de novas tecnologias.

Porém, o desenvolvimento de novas tecnologias, num mundo onde a concentração e a centralização do capital atingem níveis jamais imaginados, depende de condições especiais. Não é por acaso essa relação de concentração e de centralização do capital. Estamos vendo que a saída dessa crise de grande dimensão internacional – nos marcos atuais do próprio sistema – leva à maior concentração e centralização do capital.

Não restam margens para dúvidas: no caso brasileiro, essas condições especiais somente são cumpridas no bojo da elaboração e execução

do que o PCdoB propõe como um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND), cuja construção é o maior desafio do partido para o próximo período.

É importante abordar esses aspectos para que não se entenda a ciência e a tecnologia – enquanto expressão da criatividade humana e de diferentes formas de domínio do homem sobre a natureza – como algo sem nacionalidade. Muito pelo contrário: ciência e tecnologia não se reproduzem em qualquer parte, espontaneamente, mas sim onde existam condições para tal.

Assim sendo, ciência e tecnologia têm, sim, um caráter nacional; têm pátria definida o que, por sua vez, acaba sendo causa e consequência de diferentes níveis do exercício pleno do poder estatal. Em resumo, ciência é poder e vice-versa.

### O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Ao se falar em construção e projeto de nação, nunca é demais lembrar que nosso país percorreu, no século passado, um caminho que a Europa demorou pelo menos 400 anos para trilhar. Nessa perspectiva, contraponho-me a muitas pessoas que preferem analisar que somos retardatários e atrasados.

De 1930 a 1980, percorremos todo o caminho histórico que liga a Idade Média à Idade Contemporânea. Saímos de uma condição de país puramente exportador de matérias-primas para a de uma nação com capacidade de extrair petróleo em águas profundas, implantar e desenvolver empresas de ponta – como a Embrapa e a Petrobras – e obter e desenvolver tecnologias que nos permitiram enfrentar desafios – a exemplo de obras como a Usina Hidrelétrica de Itaipu, o metrô de São Paulo e as usinas nucleares.

Passamos de um país dependente de importação de produtos básicos para outro capaz de construir aviões sob os auspícios de instituições como o Instituto Militar de Engenharia e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, colocando o olho nu a capacidade criativa e empreendedora de nosso povo.

Esses feitos são suficientes para expor o papel do Estado no fomento da ciência e da tecnologia no desenvolvimento histórico brasileiro, em consonância com o espírito empreendedor de nosso povo. Eventos re-

centes, como o desenvolvimento de pesquisas na área de biotecnologia e a descoberta de gigantescas jazidas de petróleo e gás natural, servem para corroborar esse processo histórico de rápido desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil.

### O IMPULSO DO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Assim sendo, cabe levantar questões acerca do atual estágio de desenvolvimento tecnológico em que se encontra nosso país. Enchem-nos de satisfação alguns números divulgados recentemente acerca da política de inovação tecnológica executada pelo atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por exemplo, no âmbito institucional, este governo foi responsável pela aprovação de, pelo menos, duas leis: a chamada Lei de Inovação e a Lei do Bem, ambas com a finalidade de vincular a política de inovação tecnológica com a aproximação do setor privado da economia brasileira. E suprir esta necessidade ímpar de adensar nosso parque produtivo nacional, em um ambiente externo ultraconcorrencial, no qual a saúde das empresas está cada vez mais relacionada à capacidade de embutir ciência e tecnologia, sob a forma de valor agregado, em seus produtos.

Os valores empreendidos pelo governo federal na área da ciência e tecnologia também devem ser alvo de estudo. Somente para ilustrar, em meio à maior crise financeira da história recente, em 2009, os recursos governamentais atingiram R\$ 5,6 bilhões. E, neste ano, devem chegar a R\$ 7,2 bilhões, um recorde histórico.

Em 2004, o total aplicado nessa área no país foi de apenas 0,9% do PIB. Em 2008, houve um salto para 1,13%. Tal porcentagem, em uma análise mais superficial, pode parecer pouca em comparação com os padrões europeus e norte-americanos. Mas é suficiente para demonstrar o grau de comprometimento do governo Lula com o avanço da inovação tecnológica.

É preciso observar de onde partimos. Atualmente, estamos entre as 15 nações que mais investem em ciência e tecnologia no mundo. Então, esse é um grande feito exatamente se considerarmos o estágio em que estávamos. Mas, evidentemente, ainda é pouco.

A participação de órgãos estatais, como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem valor nodal no processo de interferência benéfica do Estado. No caso da Finep, os desembolsos saltaram de R\$ 117 milhões, em 2004, para R\$ 1,6 bilhão no ano passado. No BNDES, as liberações para projetos de apoio à inovação saltaram de R\$ 105 milhões, em 2006, para R\$ 1,3 bilhão, em 2008.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, divulgou que o Brasil forma 10 mil doutores por ano e publica cerca de 20 mil artigos científicos – dez vezes mais do que fazia em 1981. É um salto significativo, dada a arrasadora aplicação do modelo de Estado mínimo vivido pelo Brasil entre 1990 e 2002.

Vale também lembrar o projeto de elaboração no âmbito do governo federal e capitaneado pela recém-criada Secretaria de Assuntos Estratégicos, encabeçada agora pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. É um projeto de médio alcance, cujo conteúdo busca preparar o país para o centenário de nossa Independência. O Brasil, assim como todo país, carece de projetos de longo prazo, para que haja um norte do que se pretende descortinar.

### PARA AVANÇAR MAIS

O que devemos questionar é se poderíamos já estar mais bem situados no que diz respeito à ciência, tecnologia e inovação. Evidentemente, poderíamos ter avançado muito mais. Porém, ainda existem gargalos e problemas que impedem a aplicação plena de uma política de inovação tecnológica no Brasil. Um desses nós, por exemplo, está no fato de necessitarmos de um Estado nacional cada vez mais forte, sinônimo de empresas estatais robustas e de empresas nacionais igualmente vigorosas e prontas para enfrentar a concorrência internacional. Hoje, o investimento do setor privado nacional em inovação tecnológica no Brasil ainda é pequeno.

Não se pode esquecer a constatação de Rosa Luxemburgo acerca da relação direta entre saltos tecnológicos e a participação cada vez maior de empresas privadas nesse processo. Mas essa constatação deve ser feita sob alguns ângulos. Entre eles, analisando a conjuntura internacional

marcada pela alta velocidade de fusões e aquisições, no centro capitalista, que estão acompanhadas de uma brutal concentração dos frutos do conhecimento em apenas alguns países.

A contradição desse processo pernicioso de concentração cada vez maior de capital e conhecimento pode ser notada na relação entre a produção científica e o alcance de seus resultados. Atualmente, existem milhares de cabeças pensantes dedicadas à ciência que contam, especialmente no centro do sistema, com recursos materiais inimagináveis e com a capacidade de dar curso às suas elaborações mediadas por um planejamento estatal e privado cada vez mais milimétrico. No entanto, em grande medida, os benefícios resultantes dessa cadeia não estão acessíveis à ampla maioria dos seres humanos.

No caso brasileiro, especificamente, devemos levar em consideração as consequências de mais de 10 anos de aplicação do modelo neoliberal e da hegemonia de um pensamento liberal em todos os sentidos.

Entre essas consequências está a proliferação de ideias protagonizadas por vestais modernizantes, que tratam como desnecessário dotar o país de empresas estatais e privadas nacionais fortes, preferindo o apelo de cunho neoliberal de aproveitar nossas “vantagens comparativas” nos setores mineral e agropecuário, como forma de ocupar um espaço subalterno na divisão internacional do trabalho.

Ainda estamos sujeitos a ideias como essa, a uma visão do país como exportador de commodities e importador de manufaturas confeccionadas no centro do sistema capitalista.

Devemos admitir que a superação desta mentalidade neocolonial inerente a amplos setores das classes dominantes brasileiras, de quadros do aparelho estatal e da mídia, não é uma tarefa das mais fáceis e tranquilas, pois envolve uma ideologia conservadora ainda hegemônica no Planeta. E o Brasil não está fora desse mundo. Ainda se sentem as radiações da avalanche ultraconservadora cristalizada no final dos anos 1980.

Não podemos incorrer no equívoco que aponta como certo o suposto fim da era neoliberal no mundo. É nesse ambiente de retomada da necessidade de um Novo Projeto Nacional para o Brasil – expressa na atual vaga de crescente conscientização da centralidade da inovação



tecnológica gestada no atual governo – que a discussão profunda sobre ciência e tecnologia demonstra sua importância e validade.

### SUSTENTAR UM PROJETO DE MUDANÇAS

Não tenho dúvidas de que um novo país está emergindo desde a primeira eleição do presidente Lula. Vivemos uma situação inédita na história política do país. Temos um começo importante para a construção de um NPND, do qual já temos um esboço.

O segundo governo Lula começou a dar passos nesse sentido. Projetos precisam também de lideranças com prestígio, e Lula alcançou esse nível não só no âmbito nacional, mas também no âmbito internacional. Por isso avalio que é um momento político insólito, no qual essas forças democráticas, progressistas e populares no Brasil encontram ambiente para abrir caminho às grandes mudanças em nosso país.

As transformações não surgem dentro de um esquema que propomos, nem simplesmente seguindo um catecismo ou um plano pré-elaborado, o que seria muito mais fácil. Às vezes, as grandes mudanças surgem de uma forma que nem imaginamos porque a vida é caprichosa.

A construção desse esboço de um projeto nacional de desenvolvimento, com a liderança e o prestígio de Lula, é, sim, muito importante para um grande empreendimento transformador. E quem não tiver noção deste fato não está entendendo nada da história política atual brasileira.

Por isso, pensar que podemos nos dispersar tendo múltiplos candidatos à Presidência da República e não comparar projetos e caminhos – em um momento que essas contraposições podem ser didáticas para nosso povo – seria burrice ou ingenuidade. O cenário caminha para esse tipo de dispersão, com apoio da mídia que não está a favor de dar curso a esse empreendimento.

A mídia consegue atingir milhões de pessoas e é um grande poder a serviço das forças dominantes, interessadas nessa dispersão. Há um esforço para neutralizar, despolitizar esse processo. Mas, nessa eleição, haverá mesmo uma polarização. E, como defende o próprio presidente Lula, um sentido plebiscitário. Não podemos fugir disso, caso contrário, vamos fazer o jogo dos adversários.

### A COMPREENSÃO DO PCdoB

O PCdoB tem essa percepção. E tem consciência das potencialidades e também dos limites impostos por essa conjuntura. A luta política não é simples. É assim que temos de compreender essa situação. No terreno da ciência e da tecnologia, não vamos fazer agitação, porque requer experimentação. Mas temos que analisar também esta questão em função da disputa política.

Não acredito que outra força, um nome que venha do PSDB, vá considerar as bases desse projeto – que imaginamos que tem como fundamentos a soberania nacional, a democratização da sociedade, o progresso social, a integração do nosso continente. Será outra coisa e a Ciência e Tecnologia terá outro papel. Basta dizer que, na política externa brasileira hoje trabalhamos com o conceito Sul-Sul. Já com os tucanos a política seria Norte-Sul, com o Sul subalterno ao Norte.

Portanto, defendo que a eleição de 2010 passa a ser uma espécie de encruzilhada. Não podemos abstrair esta questão. Por esta razão, o PCdoB guarda o direito de jubilar-se de estar presente, atuando no centro desse processo de restauração nacional iniciado em 2002. Guarda o direito também de extrair o ônus e o bônus do atual processo político em curso no país.

O Partido Comunista do Brasil é um partido de ciência, que não imagina construir uma nova sociedade, mais avançada, se não for baseado no conhecimento científico. Portanto, esse é o espírito que nos conduz aos debates sobre ciência e tecnologia.

*\*PRESIDENTE DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL*

# A política externa do Brasil é destaque do **Governo Lula**

*No dia 18 de abril de 2010 realizamos, em São Paulo, uma reunião da Comissão Política Nacional do PCdoB. Estas reuniões ajudam o Partido a se preparar para o grande embate político deste ano, as eleições presidenciais de outubro. A direção partidária precisa estar sempre alerta para observar eventuais mudanças no curso político atual.*

Neste sentido fiz alguns comentários sobre a situação política, começando pelo papel cada vez mais protagonista do Brasil na cena mundial. Esta semana assistimos aqui em Brasília a realização da 2ª. Cúpula dos BRICs (Brasil – Rússia – Índia e China) e a 4ª. Cúpula do IBAS (Índia – Brasil e África do Sul) nas quais o Brasil passa a ter um destaque importantíssimo. O acrônimo BRICs foi pela primeira vez utilizado dez anos atrás, referindo-se a quatro economias que se projetam fortemente para o futuro. Estabelecido em junho de 2003, o IBAS é um mecanismo de coordenação entre três países emergentes que estão determinados a redefinir seu lugar na comunidade de nações, a unir vozes em temas globais e a contribuir para a construção de uma nova arquitetura internacional.

Estas parcerias estratégicas revelam o processo de transição por que passa o sistema de poder mundial, e o Brasil contribui decisivamente neste caminho. A grande mídia — que é hostil ao governo de Lula — toma posição sobre esses fatos; dizendo que não passa de pura fachada e

encenação, segundo eles uma espécie de *mise en scène*. A mídia conservadora se nega a reconhecer como o Brasil vem jogando crescente papel no contexto mundial em defesa da soberania do país, especialmente se comparado com o período anterior, durante o Governo FHC. Essa mesma mídia tenta o tempo todo desqualificar a posição brasileira no cenário mundial. Exige resposta à altura neste campo. (Resolução da Comissão Política Nacional do PCdoB sobre a atual política externa brasileira e a reunião dos chefes de Estado e de Governo dos fóruns Bric e Ibas)

Estes encontros dos BRICs e do IBAS lastreiam novos caminhos, fundamentam posições, como é o caso da declaração conjunta que foi publicada na sexta-feira à noite, tratando da ação conjunta destes países nos organismos multilaterais. A grande mídia, por sua vez, levanta: “o que há de comum entre a China e o Brasil?” Não vê nada de útil neste encontro. Na realidade vários encontros paralelos foram realizados nesta ocasião, pois a China está na fase de grandes investimentos diretos no Brasil. Antes mesmo da chegada do presidente da República Popular da China, Hu Jintao, autoridades chinesas estiveram no Brasil e tomaram iniciativas do ponto de vista financeiro, comercial e tecnológico, quando importantes acordos concretos foram fechados.

Isso tudo configura uma nova realidade mundial. Sem dúvida, entretanto, é uma iniciativa que supõe tensões para enfrentar o hegemonismo norte-americano vigente na cena mundial a criação de novos pólos que se contrapõem aos pólos hegemônicos. Ao lado do Brasil, China, Rússia e Índia a África do Sul também joga papel protagonista, ao contrário do que a mídia faz crer.

Decorrente destas parcerias estratégicas entra em pauta a relação do Brasil com o Irã, e a mídia hegemônica novamente faz carga pesada contra a posição do Brasil, dizendo que a diplomacia brasileira estaria isolada. Os dois jornalões de São Paulo – O Estado de S.Paulo e a Folha de S.Paulo – saíram com a mesma manchete, criticando o Brasil. No Oriente Médio os EUA querem ter controle absoluto, foram para cima do Afeganistão, invadiram o Iraque através de uma guerra de extermínio alegando justificativa falsa. Agora querem fazer novamente a guerra preventiva contra o Irã. Estão preparando a guerra e destaca-se a posição avançada do Brasil que denuncia este fato. O Brasil diz que o rumo

apontado pelos EUA é o mesmo utilizado no caso do Iraque. O Brasil está resistindo a tudo isso, e não é por acaso que está atuando assim. A política externa brasileira é independente e conseqüente. Veja-se a posição firme do Brasil em apoio a Cuba. A orientação da diplomacia brasileira vai se transformando em um divisor de águas da campanha. No Oriente Médio a geopolítica dos EUA é de manter Israel com total poder de fogo e não quer permitir que tenha competidor militar à altura. Israel é cabeça de ponte dos norte-americanos na região, com ogivas táticas nucleares.

Na esfera do comércio mundial os norte-americanos fazem de tudo para bloquear o desenvolvimento daqueles países que tentam obter energia atômica mesmo que para fins pacíficos. O Brasil, que poderia exportar urânio enriquecido, fica tolhido. Por outro lado, a posição soberana do Brasil na OMC nos deu o poder de enfrentar a violência comercial dos EUA, em relação aos problemas do subsídio descarado aos produtores de algodão. A OMC deu o direito ao Brasil de retaliar os EUA numa soma superior a 800 milhões de dólares. Mesmo assim houve grandes perdas ao Brasil.

Outra frente de interferência aberta nos assuntos internos brasileiros por parte dos norte-americanos, verifica-se em torno da construção da hidroelétrica de Belo Monte. Agora está em curso uma grande atividade promovida por ONGs financiadas por empresas estrangeiras e o diretor de cinema James Cameron tentando impedir a criação da usina.

Neste quadro de forças é de se indagar porque realizar um acordo militar Brasil-EUA no atual momento? Qual a necessidade real de assinar esse acordo agora? Acordo militar com países maiores, hegemônicos, só é favorável a eles. Há um grande avanço da Política Externa brasileira, soberana e avançada, e o Brasil vai jogando papel importante nestas parcerias estratégicas do BRICS e do IBAS. Estas são as conquistas mais importantes do período do governo Lula.

# O novo papel do Brasil na **política internacional**

*A iniciativa do Brasil e Turquia em mediar um acordo com o Irã, nas últimas semanas, teve uma grande repercussão no mundo e no país, na tentativa de evitar as sanções impostas pelas potências comandadas pelos Estados Unidos. Em Madri, na Espanha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi explícito: colocou em questão o papel de “xerife” dos EUA no Oriente Médio, e enfatizou que o Brasil pretende ser um “grande ator político internacional”. Desnudando seu caráter imperialista-belicista, em resposta relâmpago, o governo norte-americano fez letra morta acerca do empreendimento Brasil-Turquia pela solução negociada. Washington ignorou esta negociação. Respondeu não ser possível nenhum acordo com o Irã. As sanções, e mais duras ainda, são a única resposta que os Estados Unidos querem dar a este país.*

Do ponto de vista estratégico do imperialismo norte-americano, essa região tem papel fundamental para seus objetivos expansionistas hegemônicos (mais importante que a América Latina). Na ótica deles o equilíbrio da região se funda em ter uma cabeça de ponte que mantenha a superioridade militar em relação aos demais – papel desempenhado por Israel – e aliados que defendam seus propósitos. Em consequência procura coibir e aniquilar qualquer pretensão de autonomia soberana de países e, mais ainda, de qualquer ameaça à hegemonia militar israelense.

Na verdade, o caso do Irã não se resume à questão nuclear. Vai muito além disso. A pretensão imperialista é abrir caminho com sanções cres-

centes para tentar coagir e desestabilizar o regime atual iraniano, tendo à frente o presidente Mahmud Ahmadinejad.

Sob pressão conservadora interna, o governo Barack Obama não pode demonstrar vacilação ou fracasso de sua diplomacia, que deve sustentar o plano de domínio dos Estados Unidos sobre a região.

Outro fator da rápida resposta dos Estados Unidos é impedir a ascensão de novos atores globais, sobretudo nessa região. Não há interesse da parte dos Estados Unidos que o Brasil ascenda a um papel de líder emergente regional, quanto mais de ter um papel destacado de ator protagonista na arena mundial.

A mediação do Brasil em Teerã acabou sintetizando o novo papel do Brasil na política global. “Acordo reflete ascensão das potências regionais emergentes” (diz o jornal inglês Financial Times, de Londres).

O ascenso de potências emergentes, por outro lado, se dá num quadro de crise de grande dimensão dos países centrais. Hoje, os próprios círculos acadêmicos e jornalísticos americanos discutem o declínio do papel de potência unipolar exercido pelos Estados Unidos. Os conservadores americanos chamam Obama de fraco e inepto. Constatam que têm um presidente com poder em declínio. “Mas o declínio não é da pessoa de Obama. Outra pessoa não seria diferente. Os tempos mudaram. O poder dos Estados Unidos está reduzido – em termos relativos e absolutos também”. “A guerra ‘rápida’ no Iraque, está agora no seu oitavo ano”. E emblematicamente: “Fazemos mais guerras do que nosso dinheiro permite”. É o fim do sonho americano (todas estas citações são do diário americano The Washington Post).

### DUAS POSIÇÕES ANTAGÔNICAS NO BRASIL

É importante levar em conta como reage a elite dominante conservadora do Brasil. Através da grande mídia, a oposição expressa seu pensamento: “não temos credenciais para nos meter em assuntos que não nos concerne. “Vamos perder credibilidade internacional” – Perguntamos para quem? Ao contrário, a credibilidade do Brasil é crescente no plano internacional, em função da nova política externa. E o jornal O Globo, em editorial, toma claro partido: “O Brasil adota política arriscada de confrontos sistemáticos com Washington “. E mais: “A opção bra-

sileira pôs em risco um esforço necessário da comunidade internacional (sic) para conter um foco de desequilíbrio que tornará ainda mais volátil a perigosa a situação do Oriente Médio”. É a mesma ótica dos Estados Unidos!

Sendo este um importante divisor de águas, deve-se perguntar: o Brasil vai continuar tendo papel subalterno, revelando um complexo de “vira-lata”, diante das grandes potências?

O Brasil não necessita da licença de terceiros para conduzir sua política externa. É o tempo do metalúrgico Luis Inácio, presidente da República. Por isso, eles abominam o governo de Lula. O jornal O Globo – que expressa a opinião e as idéias da elite conservadora – não se deu conta que o tempo é outro. Não é mais a época em que Otávio Mangabeira beijava a mão de Eisenhower e Vernon Walters dava ordens aos golpistas de 1964 (citado pelo jornalista Mauro Santayana). Assim constatamos que o Brasil mudou muito. Não podemos retroceder.







Publicação da  
Presidência Nacional  
do PCdoB



**PCdoB**

**PARTIDO COMUNISTA  
DO BRASIL**

RUA REGO FREITAS, 192 - REPÚBLICA - SÃO PAULO

CEP: 01220-907 - TELEFONE: (11) 3054-1800